

Seis anos de investigação

» ADRIANA BERNARDES

Desde 2005, o Governo do Distrito Federal é investigado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) pelo descaso com o trato nos resíduos da construção civil. A ação foi provocada pela Associação das Empresas Coletoras de Entulho e Similares no DF (Ascoles), que na época entregou uma lista com todos os grandes depósitos clandestinos de entulho. Porém, ao longo dos últimos seis anos, o tema não avançou.

O Serviço de Limpeza Urbana reconhece que não existe nenhuma área licenciada para depósito de entulho no DF. "Não temos conhecimento se outros órgãos do GDF possuem autorizações ambientais para destinação de entulhos para determinadas áreas", informou o analista de Gestão de Resíduos Sólidos do SLU, Alberto Corrêa Borges. O único local autorizado a receber esse tipo de material é o lixão da Estrutural.

O promotor de Justiça Roberto Carlos Batista, da 1ª Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (Prodema), que apura a falta de políticas para resíduos no DF, disse que, em janeiro deste ano, o SLU informou ao MP sobre as iniciativas para a construção de ecopontos em Ceilândia, Sobradinho, no Gama e em Planaltina. Alguns deles foram vetados pelo Ibram. "Recentemente, a instalação de uma usina de reciclagem no Riacho Fundo, em área cedida pela União à Ascoles, tem gerado protestos. Vamos analisar o projeto e verificar se é viável ou não", adiantou.

A obrigação de coibir as práticas irregulares é da Agência de Fiscalização do DF (Agefis), que atua, basicamente, em cima de denúncias, quando o estrago já está feito. Se o infrator é notificado, ganha prazo de cinco dias para retirar o material. Se não retirar, é multado. O valor varia conforme a quantidade de lixo jogado em local impróprio, e vai de R\$ 180,45 a R\$ 9.022,52.

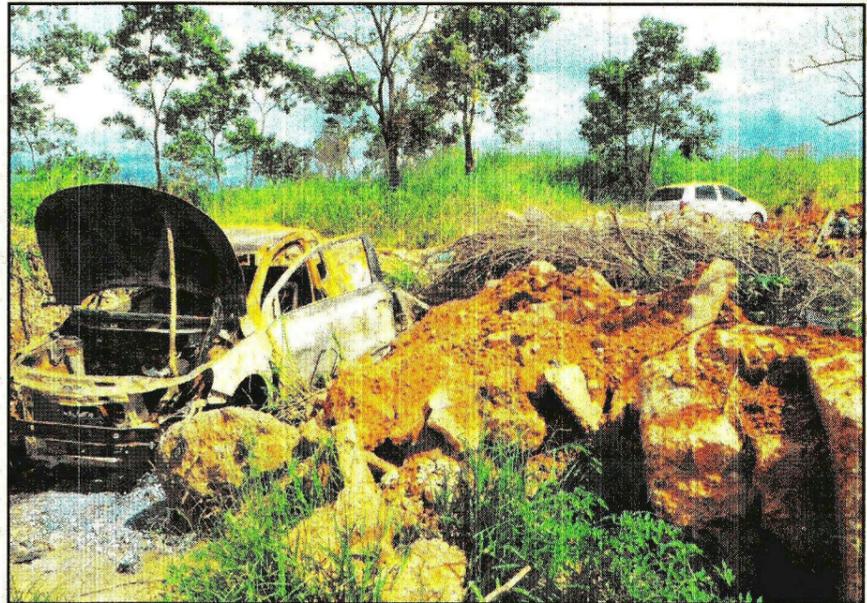
"Quando há denúncia, a gente deixa fiscal no local. Em 2010 foram aplicadas 4 mil notificações e emitidas multas no valor total de R\$ 41 mil", explicou Cláudio Agra, coordenador de Fiscalização de Limpeza Pública da Agefis.

Questionado se o governo tem projetos para se adequar à lei, Alberto Borges, do SLU, informou que os projetos desenvolvidos no governo passado estão sendo reavaliados e destacou que a legislação atual impõe a necessidade de adequação às normas ambientais. Uma das propostas prevê a construção de ecopontos ou pontos de entrega voluntária. É um lugar onde o cidadão pode levar pequenas quantidades de entulho. O processo está em análise pela Procuradoria Geral do DF e as áreas estão cercadas.

Fotos: Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press



O descaso com o meio ambiente acontece até mesmo em áreas próximas ao Congresso



Restos de material de construção e carcaça de carro poluem área na Cidade do Automóvel

Consequências para a população



Valor máximo de multa para quem joga lixo e entulho em locais impróprios

Coordenadora do Laboratório do Ambiente Construído, Inclusão e Sustentabilidade (Lacis) da Universidade de Brasília, Raquel Naves Blumenschein explica que a destinação inadequada de resíduos da construção gera problemas como: esgotamento de aterros sanitários (esses resíduos chegam a mais de 50% do volume de material depositado em aterros); obstrução do sistema de drenagem urbana; proliferação de insetos e roedores; contami-

nação de águas subterrâneas pela penetração através do solo de metais de alta toxicidade e de chorume; desperdício de material reciclável; e o consequente prejuízo aos municípios e à saúde pública.

O Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) defende punição severa para quem joga entulho em área inadequada. O presidente da entidade, Elson Ribeiro e Póvoa, diz que tem faltado vontade política dos governos para propiciar as

condições necessárias ao descarte correto do lixo da construção civil. "As empresas estão preparadas para separar esse entulho dentro dos canteiros e fazer a reciclagem dele. Agora, o governo precisa dar a contrapartida, licenciando as áreas de transbordo", salientou.

Diretor da Associação das Empresas Coletoras de Entulhos e Similares do DF (Ascoles), Paulo Roberto Gonçalves cobra do governo uma solução. "Desde 2005 estamos fazendo gestão

junto ao GDF para atender às exigências da lei e não avançamos", lamentou. Apesar da reação contrária da população, Paulo Roberto assegura que o projeto da usina de reciclagem é inspirado em modelos europeus e não causará transtornos aos moradores vizinhos. "Será todo murado e haverá um cinturão verde para reduzir o impacto visual. Toda a separação será feita dentro de galpões e, por isso, a população não sofrerá com poeira ou ruído", assegurou.